



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1111/16	DATA: 14/09/2016	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 11h22min	TÉRMINO: 13h30min	PÁGINAS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ELITON DE FIGUEREDO JÚNIOR - Vice-Governador e Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás.
JEFFERSON MILLER PORTELA E SILVA - Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão e Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública — CONSESP.
MÁRCIA DE ALENCAR ARAÚJO - Secretária de Estado da Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal.
CÉSAR ROBERTO SIMONI DE FREITAS - Secretário de Segurança Pública do Estado de Tocantins.
ERIC SEBA DE CASTRO - Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.
JOÃO OTACÍLIO DA SILVA NETO - Diretor-Geral da Polícia Civil de Minas Gerais.

SUMÁRIO

Debate acerca das ações integradas entre as instituições de segurança pública, ações de prevenção de violências e de repressão qualificada da criminalidade, com vistas à construção de um pacto de segurança integrada.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Há palavra ininteligível.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Bom dia, senhores e senhoras.

Gostaria de declarar aberta a 19ª Reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Conforme divulgado, esta reunião será composta de audiência pública, para *Debater ações integradas entre as instituições de segurança pública, ações de prevenção de violências, de repressão qualificada da criminalidade, culminando com a construção de um Pacto de Segurança Integrada.*

Esta audiência realiza-se em atendimento ao Requerimento nº 167, de 2016, de autoria deste Parlamentar.

Os convidados disporão de até 10 minutos para cada exposição, sendo vedados apartes. Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente.

Gostaria de cumprimentar os que já compõem a Mesa: o Vice-Governador e Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Dr. José Eliton de Figuerêdo Júnior, a quem agradeço pela deferência, pelo respeito e pela oportunidade de estar aqui conosco; o Sr. César Roberto Simoni de Freitas, Secretário de Segurança Pública do Estado de Tocantins; a Sra. Márcia de Alencar Araújo, Secretária de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, do Distrito Federal, uma mulher conosco — muito obrigada, Secretária —; o Sr. Jefferson Miller Portela e Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão e Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública — muito obrigado, Dr. Jefferson —; o Sr. Marcelo Vargas Lopes, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul; e o Dr. Eric Seba, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil.

Gostaria de cumprimentar todos os demais presentes: o meu colega Deputado Subtenente Gonzaga, que está aqui conosco; os senhores e as senhoras, os Comandantes-Gerais, na pessoa do Comandante-Geral do meu Estado, o Cel. Divino Alves; os Delegados-Gerais, na pessoa do Delegado-Geral do meu Estado, o Dr. Álvaro Cássio; os membros da Polícia Técnico-Científica, na pessoa da Dra.



Rejane Sena, que não estou vendo aqui; e todos os servidores da área de segurança. Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

Gostaria de passar a palavra ao Vice-Governador e Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, o Dr. José Eliton, para que possa fazer a sua comunicação.

O SR. JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR - Muito bom dia a todos.

Prezado Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Alexandre Baldy, receba minha saudação e meus agradecimentos em nome de todos os Estados que compõem o Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual.

Quero agradecer não só a realização desta audiência pública, mas também o agendamento da reunião com o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ocorrida agora há pouco, em que foi possível apresentar toda uma agenda propositiva fixada pelos operadores de segurança pública que atuam neste País, nos diversos Estados que compõem a Federação e que, de maneira especial, compõem esse Pacto Integrador de Segurança Pública.

Antes de avançar nas considerações, Sr. Presidente, com a sua autorização, gostaria de solicitar a exposição de um vídeo que sintetiza um pouco o que é o Pacto Integrador. A partir daí, nós pretendemos estabelecer considerações acerca do momento nacional e das proposituras que são levadas a efeito através da Carta de Bonito, que compreende a Carta de Goiânia e foi remetida à Câmara dos Deputados e, na pessoa do Sr. Presidente, foi encaminhada a esta Comissão.

Assim poderemos debater os temas relevantes e as alterações, tanto do ponto de vista da legislação penal quanto do ponto de vista da legislação processual penal, de modo a avançarmos no debate. Além disso, esta Casa pode atuar na discussão política e na gestão política de outros temas importantes para o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil.

Então, Sr. Presidente, com a sua autorização, gostaria de pedir que fosse exibido um vídeo. *(Pausa.)*

Enquanto solucionamos a questão técnica, vamos avançando na discussão.

Queria saudar, de maneira muito especial, todos os representantes dos diversos Estados que compõem o Pacto Integrador de Segurança Pública.



De Mato Grosso do Sul, saúdo o Delegado-Geral da Polícia Civil, Dr. Marcelo Vargas, que neste ato representa o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Dr. José Carlos Barbosa; e o Assessor Parlamentar e Tenente-Coronel Alexandre Figueiredo de Lemos.

Do Estado do Maranhão, saúdo o Secretário de Segurança Pública, Dr. Jefferson Miller Portela e Silva, que também preside o Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Muito obrigado pela presença.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR - Sr. Presidente, Deputado Alexandre Baldy, com a sua permissão, continuo com as minhas saudações.

De Tocantins, saúdo o Secretário de Segurança Pública, Dr. César Roberto Simoni de Freitas; e o Chefe do Estado-Maior, Dr. Edvan de Jesus Silva, neste ato representado pelo Cel. Glauber de Oliveira Santos.

Do Distrito Federal, saúdo a minha querida amiga e Secretária da Segurança Pública e Paz Social e Vice-Presidente do Pacto Integrador, Dra. Márcia de Alencar Araújo; o Secretário de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, Delegado Elmiz Antonio Rocha Júnior; o Diretor-Geral da Polícia Civil, Eric Seba, que também preside o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil; e o Secretário de Relações Institucionais da Polícia Militar, Tenente-Coronel Maurício Rezende Gouveia.

De Rondônia, saúdo a Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília, Dra. Elizete Lionel, que neste ato representa o Secretário de Segurança Pública, Antônio Carlos.

De Minas Gerais, saúdo o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, que, me parece, teve que ir à Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP.

De Goiás, saúdo o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Divino Alves de Oliveira; o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Helbingen Júnior; o Delegado-Geral da Polícia, Dr. Álvaro Cássio; o Superintendente Executivo de Ações e Operações Integradas e Delegado da Polícia Federal, Dr. Emmanuel Henrique Balduino; a Superintendente de Polícia Técnico-Científica, Dra. Rejane da Silva Sena Barcelos; e o Superintendente de Inteligência, Dr. Danilo Fabiano.



Saúdo os Deputados Federais que se fazem presentes aqui: a Deputada Magda Mofatto; o Deputado Subtenente Gonzaga, que estava conosco agora há pouco, quando estivemos com o Presidente da Câmara, e se tornou o nosso cúmplice; o Deputado Federal Thiago Peixoto.

Saúdo o Tenente-Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, Dr. Francisco Ovelar, que está representando o Comandante-Geral da Polícia Militar.

Saúdo todos os demais representantes dos diversos Estados que compõem o Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual.

Sr. Presidente, o Pacto nasce da ausência completa de uma política integradora de segurança pública no cenário nacional. Há um vazio na Federação no que diz respeito à coordenação de políticas de segurança pública em âmbito nacional.

Hoje, na estrutura do Ministério da Justiça, há a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com um orçamento extremamente limitado e sem capacidade de fomentar uma política nacional de segurança pública de modo a integrar, coordenar, organizar e estruturar ações eficientes no combate ao crime organizado.

Diante desse cenário nacional, os dez Estados que hoje compõem o Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual acabaram por compreender a necessidade de buscar um alinhamento, uma estruturação conjunta de uma ação eficaz no combate ao crime organizado.

Apesar se vivermos numa Federação, cada Estado desenvolve a sua política de segurança pública independente e sem uma ação coordenada de modo a dar eficiência ao combate à criminalidade.

O que os Estados faziam, numa linguagem muito simples, era uma tentativa de exportar o crime: Goiás tentava exportar o crime para Minas Gerais, que levava o crime para o Distrito Federal, que retornava o crime para Goiás, que, por sua vez, levava o crime para o Tocantins. Não buscávamos efetivamente dar uma solução para a questão relacionada ao crime organizado no Brasil e aos diversos delitos que afligem cada cidadão de cada Estado da Federação deste País.

Então, na reunião dos Governadores do Consórcio Brasil Central ocorrida em Palmas, que tinha como foco a busca de ações relacionadas ao desenvolvimento



econômico, foi estabelecido um protocolo de intenções buscando agregar, nesse Consórcio, a agenda relacionada à área de segurança pública.

No Brasil, dois temas dominam a preocupação nacional hoje: economia e segurança pública, não necessariamente nessa ordem. São temas que hoje assustam cada brasileiro de cada canto deste País.

Dentro dessa visão, os Governadores integrantes do Consórcio Brasil Central firmaram um protocolo de intenção e criaram o Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual.

Após esse protocolo, foram realizadas diversas outras reuniões, em Goiânia, aqui em Brasília e em Bonito, no Mato Grosso do Sul. Na última reunião, na cidade de Bonito, foi formalizada a Carta de Bonito através de atos dos Srs. Governadores, sendo sete integrantes do Consórcio Brasil Central e três outros — do Estado da Bahia, do Estado de Minas Gerais e do Estado do Amazonas — que vieram a integrar o Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual, numa forma de buscarem uma ação muito mais eficaz no combate ao crime organizado.

A partir daí foi criada uma célula de inteligência aqui no Distrito Federal, que cedeu a infraestrutura. Os Estados que compõem o Pacto encaminham representantes, que fazem, inicialmente, o nivelamento de conhecimento, retornando depois com as informações para definir ações táticas operacionais, que são planejadas, definidas e orientadas pelos operadores de segurança pública.

O Pacto nasce — este é o seu diferencial — pelo desenho, pela intenção daqueles que atuam na ponta da área de segurança. Toda a concepção do Pacto não vem do teórico. Ela vem da prática, vem do dia a dia de combate ao crime, seja o crime organizado, seja o crime de menor potencial ofensivo.

Dentro desse conceito, nós estamos a estabelecer uma série de agendas. A agenda interna do Pacto visa, naturalmente, ações específicas, o combate de tipos específicos de crimes. E há toda uma agenda voltada para o âmbito nacional, para buscarmos dar uma solução estrutural às questões relacionadas à segurança pública. Nesse sentido, a participação, a presença, a liderança do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados é fundamental para que possamos estabelecer novas bases de combate ao crime organizado.



Sr. Presidente, neste documento que passo às mãos de V.Exa. agora, estamos a encaminhar um relatório de todas as ações do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual e também um conjunto de sugestões para debate nesta Comissão, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de modo a buscarmos o avanço das legislações penal e processual penal.

Nós construímos diversas agendas. A prioridade consensuada por todos os membros integrantes do Pacto não diz respeito a uma agenda específica da competência do Congresso Nacional, seja Câmara dos Deputados ou Senado Federal, mas a uma matéria de iniciativa do Poder Executivo. Mas fazemos questão vir ao Congresso Nacional para que ele, por ser a caixa de ressonância de toda a sociedade brasileira, seja a voz a levar este tema ao Poder Executivo: a necessidade de criação urgente do Ministério da Segurança Pública, com um orçamento que seja compatível ao enfrentamento do desafio que envolve a segurança pública.

Já houve, no Brasil, até Ministério da Pesca, atividade cuja importância econômica não se ignora aqui. Mas, evidentemente, existe hoje uma agenda em que a segurança pública é o tema fundamental nos debates em todos os Estados brasileiros. Aqui há indicadores de violência que assustam qualquer lugar do mundo.

É preciso ir para o enfrentamento. Para isso, é preciso haver uma coordenação de âmbito federal, para que os Estados federados possam, a cada dia mais, atuar de forma organizada e coordenada.

Nesse aspecto, já encaminhamos essa questão ao Presidente da República, o Sr. Michel Temer, para que S.Exa. possa avaliá-la, preservando, naturalmente, a competência federativa do Ministério da Justiça, mas buscando criar uma organização, instituição ou Ministério que possa atender especificamente às demandas relacionadas a segurança e administração penitenciária.

A outra agenda que nos traz aqui hoje é a agenda legislativa. Do ponto de vista das ações de segurança pública, é preciso modificar a legislação brasileira. De nada adianta endurecermos as penas se não estabelecermos novos marcos regulatórios para o sistema penitenciário nacional. É preciso que as diversas instituições de recuperação tenham capacidade de absorver e ressocializar as



peças que praticam ilícitos. Mas, muito mais importante que isso, é preciso que elas tenham capacidade de segregar da sociedade aqueles que praticam crimes.

A população carcerária hoje no Brasil é da ordem de 600 mil presos, enquanto os Estados Unidos têm uma população carcerária da ordem de 2,5 milhões de pessoas. Lá a sociedade tem a certeza de que, havendo prática de crime, a punição será exemplar, de que a pessoa irá cumprir a pena a que foi condenada. No Brasil, nós vivemos um cenário de piada nacional: as penas existem, mas, na verdade e na prática, não são cumpridas. Isso acaba por fomentar a cultura da impunidade e o cenário adverso do aumento da criminalidade.

Hoje há, no País, um regime de progressão de penas perverso. Existem penas alternativas e questões relacionadas a audiências de custódia, uma série de instrumentos que foram criados ao longo dos últimos anos, sob um discurso humanista, mas que, na verdade, tinham por objetivo evitar a superpopulação das unidades penitenciárias. Enquanto o Brasil não enfrentar o problema do sistema penitenciário, não haveremos de dar uma segurança pública melhor para a sociedade.

Portanto, é preciso efetivamente rediscutir a legislação penal brasileira e a processual penal, desde as questões relacionadas ao regime de progressão de penas, como eu disse agora há pouco, até as relacionadas às penas mínimas e máximas estabelecidas para determinados tipos de crimes praticados no País.

Essa é uma agenda importante, uma agenda que precisa ser discutida no Congresso Nacional. A questão do sistema penitenciário passa por novos marcos regulatórios, o que é de competência do Poder Legislativo, permitindo, inclusive, que a iniciativa privada possa fazer investimentos no setor, permitindo um novo modelo de gestão do Sistema Penitenciário Nacional, abrindo os horizontes conforme as demandas e necessidades que apresentamos hoje.

O tema que trago à baila agora é certamente compartilhado por todos os Secretários de Segurança e Comandantes-Gerais que estão aqui hoje, que sabem e vivenciam o problema no dia a dia.

Então, o Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual nasce da realidade brasileira. Estamos aqui hoje para trazer esse tema para um debate mais aprofundado no âmbito do Congresso Nacional, que é a Casa que representa o povo



brasileiro, a Casa que representa o cidadão de cada canto deste País, a Casa que representa o pensamento mais diverso da sociedade brasileira.

Quando levamos esse tema à discussão pela sociedade, vemos que o anseio, a busca por dias melhores é praticamente convergente em cada um dos Estados brasileiros.

Então, eu quero, nessas minhas primeiras palavras, agradecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, a cada Deputado Federal que se faz presente aqui hoje, participando deste debate.

Mais uma vez, agradeço ao Presidente da Câmara por ter recebido todos nós, por ter aberto o diálogo e expressado que, a partir de outubro, priorizará essa agenda aqui na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante não só para os operadores de segurança pública, isso é muito importante para a sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, era essa a introdução que queria fazer. Naturalmente, cada um dos colegas aqui irá se manifestar em complementação às assertivas que fiz. O fato é que a União precisa estar presente, a União não pode mais ficar ausente desse debate que afeta cada brasileiro de cada canto deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Sr. Vice-Governador. Agradeço as palavras. Tenho certeza de que, sob sua coordenação, junto com todos os demais líderes, a visita ao Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, surtirá os efeitos necessários, de acordo com a pauta da população. V.Exa. traz uma importantíssima agenda político-administrativa, e é o nosso dever e obrigação apreciá-la enquanto representantes do povo.

Eu queria registrar a presença da Deputada Magda Mofatto e do Deputado Thiago Peixoto. Agradeço a S.Exas. por estarem aqui e demonstrarem sua preocupação.

Passo a palavra ao meu colega Deputado Subtenente Gonzaga, que terá de se ausentar para participar de outro evento.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, quero agradecer. Prometo não usar mais do que 5 minutos. Se eu me prolongar, V.Exa. pode me cortar a palavra.



Quero cumprimentar todos na pessoa do nosso Vice-Governador José Eliton, que parabeno por estar coordenando o processo desse Pacto.

O Dr. Eric Seba estava falando que precisava confirmar os Estados, para não esquecer mais. Eu quero lhe dizer para não gravar os nomes, porque, daqui a alguns dias, serão as 27 Unidades Federativas, pois obviamente essa missão terá a adesão do conjunto delas.

Queria apenas registrar que tenho defendido aqui e por onde tenho passado que enfrentamos problemas sérios de legislação, mas que o nosso principal problema na segurança pública é de gestão.

Acho que essa iniciativa do Pacto tende a ter resultados por conta do foco na gestão, que é um dos grandes problemas. Recentemente participei de um debate aqui na Câmara dos Deputados, no qual um dos interlocutores disse: *“O nosso problema é que as estruturas policiais nossas estão desmontadas, fragilizadas, falidas”*. Eu falei: *“Olha, eu entendo diferente. Eu entendo que nós não temos é sistema. As instituições estão sólidas, estão funcionando, estão preparadas e organizadas e estão fazendo aquilo que compete a cada uma”*. Na minha avaliação, nós não temos instituições falidas, nós temos um sistema falido.

Então, eu acho que esse foco na gestão é o caminho mais urgente que temos que perseguir. Também temos que debater a legislação. Mas, na minha visão, ela não é a questão principal da realidade de violência e criminalidade do Brasil.

Quero me somar, de fato, à proposta de criação do Ministério da Segurança Pública. Eu disse, há pouco, que, em 1997, quando eu pertencia a uma associação nacional de praças, nós formalizamos ao então Presidente da Câmara dos Deputados, o Michel Temer, a nossa defesa pela criação do Ministério da Segurança Pública. O porta-voz da nossa manifestação foi um colega de Goiás, o Subtenente Santana, que mora em Morrinhos até hoje. Então, nós fizemos essa mesma defesa e com a mesma compreensão.

Vou pedir o apoio do Dr. Cléber, Delegado aqui presente. Nós estamos fazendo esse debate desde a Conferência Nacional de Segurança Pública. A defesa da criação do Ministério da Segurança Pública faz parte das diretrizes votadas e defendidas na Conferência Nacional de Segurança pública de 2009.



Também aprovamos aqui na Comissão, sob a coordenação do nosso Presidente Alexandre Baldy, um requerimento — apenas por coincidência, de nossa autoria — que já se transformou numa indicação da Câmara dos Deputados. Trata-se da Indicação nº 2.389, de 2016, da Comissão de Segurança Pública, sugerindo ao Presidente da República a criação do Ministério da Segurança Pública.

Foi criado outro instrumento extremamente importante e que está em debate aqui, sob a relatoria do nosso Presidente: o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP. Precisamos decidir o que fazer com ele, se vamos aperfeiçoá-lo ou de fato tê-lo como instrumento dessa integração, dessa articulação.

Realizamos uma audiência pública recentemente sobre esse tema — o Dr. Cléber, mais uma vez, estava presente. Se fôssemos falar de indústria, estaríamos produzindo menos de 30% do total da capacidade instalada.

Então, temos Polícias Civas, Polícias Militares, Polícia Federal, todas as estruturas sólidas, bem organizadas e bem estruturadas, cientes e conscientes de suas responsabilidades. Falta organizar esse sistema. Repito: nessa perspectiva, acho que a iniciativa do pacto aponta o caminho certo. Então, eu coloco aqui essas duas questões que nós precisamos olhar com muito carinho.

Esse projeto do Sistema Único de Segurança Pública — SUSP eu entendo que merece nossa atenção. Temos que enfrentar as nossas dificuldades, se é que elas existem, e superá-las.

Tenho insistido aqui na Comissão e em outros espaços que não podemos deixar que a audiência de custódia prospere como política de desencarceramento. Particularmente, pessoalmente, por princípio, eu não tenho absolutamente nada contra a audiência de custódia. Essa é uma demanda de garantias. Acho que nós policiais não podemos temer a audiência de custódia na perspectiva de juízo de garantias, mas nós temos que combater, com muita veemência e com muita seriedade, essa política de desencarceramento a partir de audiência de custódia. Como juízo de garantias, eu acho que nós policiais não podemos temer nem devemos combater a audiência de custódia, mas, como estratégia de desencarceramento, nós temos que combatê-la.



Quero pedir desculpas, porque eu esperava ficar mais tempo na audiência pública e aproveitar os ensinamentos dos senhores, mas, como houve essa inversão de horário e eu tenho uma agenda em Unai, preciso me deslocar.

Agradeço a oportunidade. Passei os 5 minutos para 6 minutos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Deputado Subtenente Gonzaga e peço-lhe desculpas, porque o Presidente da Casa inverteu sua agenda e, por essa razão, nós invertemos o horário da nossa audiência, que era para ter se iniciado às 9h30min.

Gostaria de franquear a palavra aos Deputados Federais presentes nesta audiência, a Deputada Magda Mofatto e o Deputado Thiago Peixoto. Caso V.Exas. desejem se pronunciar, por favor, sintam-se à vontade.

A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO - Sr. Presidente Alexandre Baldy, nobres convidados, querido Vice-Governador José Eliton de Figuerêdo, demais autoridades, eu vejo como muito importante o enfrentamento bem de frente desse problema. É o que está acontecendo hoje aqui. Precisamos, cada vez mais, encarar os problemas e falar deles com toda a abertura, sem emoção, sem paixão e com realismo.

O Sr. José Eliton fez uma colocação muito interessante acerca do marco regulatório da segurança pública. Esta Comissão existe exatamente para isso. Eu não faço parte da Comissão, mas acompanho de perto os problemas de segurança pública, não só no Estado de Goiás, mas também no País, porque todos nós hoje vivemos uma insegurança pública jamais vista e imaginada.

Infelizmente, nós temos aqui na Casa — isso também tem que ser encarado — uma bancada de Deputados com um comportamento contrário à aplicação da legislação, os quais muitas vezes eu vejo fazerem colocações de que o bandido é um coitadinho, de que o bandido é fruto do meio, da sociedade em que vive, de que, por não ter acesso a bens de consumo e qualidade de vida, acaba sendo fruto dessa sociedade.

Eu não vejo, de maneira nenhuma, a situação como fruto do meio. Ser bandido é índole — é índole! Eu vejo o contrário: quantas pessoas que são fruto de uma sociedade em que não têm poder aquisitivo, não têm acesso talvez à educação



e aos bens materiais, porém são extremamente honestas e trabalhadoras e querem, sim, progredir com honestidade, querem ter qualidade de vida andando dentro das leis!

Esses que são contra a aplicação rigorosa da lei, como foi dito aqui, precisam também encarar esse problema. Existe a legislação. É uma questão talvez de gestão, é uma questão de aplicação da legislação e de segregar aqueles que a sociedade não quer no meio de nós todos.

Quanto a esse passo que está sendo dado de unificação das ações interestaduais, eu ouvi, *en passant*, o Presidente desta Casa comentar que é uma pena que os outros Estados não tenham também aderido, e eu espero que, ao verem esse trabalho dar frutos bons, eles acabem aderindo a esse pacto.

No que depender de nós Deputados que querem segregar os malfeitores de uma sociedade organizada, com certeza estaremos trabalhando com afinco para isso.

Parabéns, mais uma vez, Sr. Vice-Governador José Eliton, por essa iniciativa. Acompanhei também o lançamento do Pacto Social Goiás pela Vida, em Goiânia, um projeto belíssimo que vem engrandecer o nosso Estado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço à Deputada Magda Mofatto, que sempre acompanha de perto a pauta de segurança pública.

Tem a palavra o Deputado Thiago Peixoto.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Sr. Presidente, primeiro eu queria parabenizá-lo por presidir esta Comissão, que nasceu há pouco tempo e trata de uma pauta prioritária em todo o País. Basta conversarmos com qualquer cidadão brasileiro para entender que, entre as prioridades que ele tem para melhorar a sua vida, está a segurança pública. Esse debate, que está sendo promovido aqui dia a dia, tem contribuído muito para isso. Parabéns, Presidente!

Queria destacar a presença dos Secretários e dos Comandantes e elogiar o amplo debate, a grande iniciativa que o Vice-Governador José Eliton lidera hoje no País. Eu fico muito feliz em ver os Estados tomando a frente dessa discussão. Por quê? É bom lembrar que, mesmo o Governo Federal em alguns momentos não dando importância a alguns assuntos, quando articulada por Estados, essa necessidade sempre ganha muita força. Vou dar um exemplo claro disso, o da



retomada da democracia no Brasil, que foi articulada exatamente pelos governadores, pelos vice-governadores, por lideranças estaduais.

Eu acho que esse movimento aqui tem esse tamanho; essa pauta tem esse tamanho. E fico feliz em ver que isso está muito bem articulado. É muito bom ver que os Secretários estão conversando entre si, estão trocando experiências, estão trocando informações. Eu entendo que não há nada mais importante para a segurança pública do que inteligência e boa gestão.

Essa inteligência tem que ser compartilhada com os Estados. E esse pacto propõe exatamente troca de informações, troca de experiências. Eu acompanhei de perto uma grande operação pactuada entre Estados que aconteceu recentemente. Quantos bandidos não foram presos? Quantas drogas não foram apreendidas? Isso mostra que, se a articulação for bem feita, como está sendo, as ações e os bons resultados aparecem.

Queria elogiar também uma boa iniciativa liderada em Goiás pelo nosso Vice-Governador: o Pacto Social Goiás pela Vida, que tira a discussão da segurança pública somente do ponto de vista policial. Ele agrega educação, agrega ações sociais. Eu entendo que esse debate da segurança pública nacionalmente tem que ser feito assim também. Nós temos que acrescentar outras áreas que têm impacto direto na questão da segurança pública a esse debate.

Por exemplo: nós temos hoje 12 milhões de desempregados no Brasil e podemos chegar a 14 milhões no fim do ano. Se essa questão não for enfrentada do ponto de vista econômico, nós vamos ter menos segurança pública, vamos ter mais problemas com segurança pública.

Saiu, na semana passada, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB, e ele mostra o fracasso educacional da nossa Nação. Se nós não tivermos investimentos ou resultados educacionais significativos, isso vai gerar mais problema de segurança pública.

Então, deixo isso como sugestão. Eu entendo que o foco é segurança pública, mas existem outros temas que podem ser acrescentados a essa discussão — como está sendo feito em Goiás — e que podem trazer muitos resultados à segurança pública do nosso País.



Mais uma vez, parabéns ao Presidente. Mais uma vez, parabéns ao nosso Vice-Governador e a todos os Secretários aqui presentes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Deputado Thiago Peixoto. Quero agradecer-lhe também pela preocupação. O seu retorno a esta Casa tem engrandecido o debate econômico, educacional e no campo da segurança nos aspectos pelos quais a população anseia e nos cobra muito na condição de representantes. Ficamos muito felizes com a sua participação aqui em todos os debates importantes, principalmente nessa reconstrução da agenda econômica e social do Brasil. Ficamos extremamente engrandecidos, a Câmara dos Deputados, com a sua sempre ativa participação.

Concedo a palavra ao Sr. Jefferson Miller Portela e Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão e Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública — CONSESP.

O SR. JEFFERSON MILLER PORTELA E SILVA - Sr. Presidente Alexandre Baldy, quero cumprimentar V.Exa. com muita alegria, em nome do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, pois vemos, na ação de V.Exa., a compreensão real da problemática de segurança pública nacional. O senhor a compreendeu bem e tem dado o tratamento compatível na busca de soluções para esse grave problema nacional.

Portanto, quero agradecer muito ao senhor não só por se dedicar nos trabalhos desta Comissão e do Plenário, mas também por ter ido aos nossos eventos, aos nossos encontros, colaborado com o nosso debate, de caráter nacional, levado a nós o seu conhecimento e trazido para esta Casa as proposições formuladas pela base, pelos operadores do sistema público de segurança do Brasil. Nós lhe agradecemos muito, em nome do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Muito obrigado pela dedicação plena à matéria.

Quero cumprimentar, com muita alegria também, o nosso Vice-Governador do Estado de Goiás, Secretário de Segurança Pública e Presidente do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual, Dr. José Eliton, que tem dado um exemplo, como o senhor bem destaca, para os outros Estados.

Essa concepção é uma linha mestra do que precisamos, a partir das unidades federativas, para dar um exemplo à União. Vemos com alegria, Dr. José Eliton, na



abertura do nosso vídeo, que os outros Estados que ainda não são componentes já foram abraçados pelo círculo dos Estados que compõem o pacto. Eles ficaram no meio da nossa figura, o que bem demonstra a força, já nacional, do pacto. Quem ainda não o compõe já está abraçado ali pelo grande círculo nacional de segurança pública integrada. Então, parabéns ao senhor e aos que iniciaram essa ideia, que hoje já é trabalho material. Muito obrigado, Dr. José Eliton.

Quero cumprimentar os demais componentes da Mesa: o Sr. Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, o nobre amigo Marcelo Vargas; o Dr. Eric Seba, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal e Presidente do CONPC; a nossa Secretária de Segurança do Distrito Federal, Dra. Márcia Alencar, agradecendo a sua disposição de colocar a serviço dos órgãos estaduais o seu apoio aqui em Brasília, já no encontro de Mato Grosso do Sul; o companheiro leal, de todas as horas, sempre presente nos eventos de interesse nacional, Dr. César Simoni, Secretário de Segurança Pública do Estado de Tocantins, que é uma força na nossa organização por dias melhores na segurança pública.

Deputado Alexandre Baldy, esta audiência já é histórica pelo seu conteúdo e pela visão que os Deputados demonstraram aqui do problema. Nós vimos a Deputada Magda e o Deputado Thiago falarem ali. Com o destaque que deram e pela área comentada, vimos que se encaixam na construção que queremos. A Deputada Magda fala de algo sério, que é a superestrutura jurídica do Brasil.

Historicamente, nós estamos em sentido contrário na construção da superestrutura jurídica, ou seja, a nossa legislação criminal e a interpretação dada a ela. E quero logo destacar um primeiro exemplo, o crime mais grave, o crime contra a vida. Nós temos 60 mil homicídios por ano neste País, 124 homicídios por dia e milhares de lesões corporais como tentativas de homicídio.

Pois bem, nacionalmente, o marco hoje é que chegamos a 1 década para o julgamento dos crimes contra a vida. O criminoso, para sentar no banco dos réus, tem um tempo de 10 anos para o início do seu julgamento por crime de homicídio, tempo favorável para a desconstrução da apuração e da prova.

A realidade estará completamente diferenciada pela passagem do tempo. As testemunhas mudaram de lugar, a lembrança dos fatos. A composição para o



juízo fica completamente prejudicada. E ela vai para um julgamento proferido por leigos, os jurados convocados e, em muitas cidades, ameaçados.

Portanto, a pergunta fica no ar: é ainda compatível com a superestrutura jurídica o Tribunal do Júri para julgar os crimes contra a vida? E em quanto tempo nós vamos corrigir essa distorção de 10 anos para o julgamento?

Feito o primeiro julgamento, nós vamos para a fase recursal. São mais 10 anos de julgamento de recursos. Aí vem o fenômeno da prescrição do fato — 20 anos. Grande parte é alcançada pela prescrição.

Eu só vou dar um exemplo desse crime, o crime contra a vida, que é o mais grave e está com esse tratamento dado na forma de julgamento e de aplicação da lei brasileira. Os recursos suprimem a análise do direito material, a grande verdade é essa. Hoje 70% dos processos em andamento na Justiça Federal, e largamente na Estadual, são alcançados pelo instituto da prescrição. Portanto, a lei deixa de ser aplicada, e o sentimento número um em relação a isso é a impunidade.

Outro exemplo é o crime de desacato, que não é um crime individual contra o agente público de segurança, mas um crime contra o Estado, encarnado na pessoa do nosso operador de segurança. Há décadas, isso foi considerado um crime grave com um tratamento jurídico. Diante do crescimento do crime, na forma como se encontra hoje, esse crime passou a ser considerado de menor potencial ofensivo. É uma resposta fora do tempo, já com atraso, que não atende a lógica do tratamento na superestrutura jurídica.

Sobre essa parte, nós temos tranquilidade, porque isso será tratado na Câmara dos Deputados e sabemos da presença permanente do senhor acompanhando isso. Esse caderno que o Dr. José Eliton entrega a V.Exa. nesta audiência pública traz indicações sobre a superestrutura jurídica, sobre o tratamento que imaginamos necessário. Sabemos que ele terá o acompanhamento concreto nesta Casa Legislativa, a partir desta Comissão e dos Deputados que aqui bem demonstraram compreensão da temática de segurança pública.

Outra parte da nossa fala é a questão da União e dos Estados. Vem agora um bom exemplo das unidades federativas para a União, para que ela cumpra o seu papel. Agora não se trata de um diálogo, estamos diante de uma indicação da superação de problemas, a partir das discussões nos Estados, para a União receber



esse nosso documento, que é amplo no seu conteúdo e aponta para a solução de problemas.

A problemática é qual tratamento a União dará agora à concepção apresentada pelos dirigentes de segurança pública de todo o nosso País. A discussão do Ministério da Justiça pode parecer uma contradição. *“Mas vocês vão falar, como operadores de segurança, na criação de um Ministério no momento em que o novo Governo trata da redução de Ministérios?”* Sim, e entendemos que o momento é oportuno exatamente por isso. Se se entendeu que era necessária a extinção de alguns Ministérios — e eles, de fato, foram levados ao resultado final por decisão política —, esta é a hora propícia para discutir a necessidade de um que deveria ser criado. Então, isso não é uma contradição, não. Isso é extinguir o que deve ser extinto e criar o que deve ser criado, porque nós não podemos entender como política de Estado a extinção por si mesma.

Ela é uma instituição por conveniência, por conjuntura. E historicamente se justifica a criação do Ministério de Segurança Pública pelas razões que aqui já foram explicitadas e que bem constam no nosso documento. Inclusive, solicitaremos hoje uma audiência ao Sr. Ministro da Justiça para discutirmos com ele — o Sr. Presidente do Pacto Integrador com o Presidente do Conselho Nacional dos Secretários e os demais Presidentes de Conselhos de Segurança Pública do País. Os colégios estão aqui representados, e nós pediremos hoje essa audiência pública para encaminharmos essa discussão.

Deste modo, eu entendo que estamos diante de um novo marco. A hora é própria: a hora de um novo Governo, a hora de um novo pensamento e uma hora de sugestões a partir da base, aqui muito bem representada pelo conjunto definido no Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual.

Então, Sr. Presidente, obrigado por mais essa dedicação ao sistema de segurança pública do Brasil. Nós estamos a postos para colaborar no amplo debate que certamente haverá nesta Casa Legislativa.

Bom dia a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço, Dr. Jefferson Miller, a exposição. Eu quero dizer a V.Sa. que recebemos esse caderno, em mãos, do Vice-Governador e Secretário José Eliton, assim como recebemos de V.Sa. as



cartas de Goiânia e de Bonito, encaminhadas por todos os senhores e senhoras que compõem o grupo, o Pacto de Segurança Pública. Fizemos o encaminhamento ao Presidente Rodrigo Maia e também ao Ministro da Justiça, tendo em vista o que tange aos projetos legislativos. E ainda levantamos, com a Secretaria da Comissão, todas as proposições legislativas em tramitação não só na Comissão como também nesta Casa.

Isso foi feito para que nós discutíssemos com o Executivo, com o Ministério da Justiça e com a Casa Civil, e as levássemos, após o alinhamento e convergência das proposições legislativas, ao Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, no sentido de que possamos aproveitar e maximizar o tempo em apreciar no plenário aquilo que for realmente de convergência, que não for estritamente polêmico, que não suscite um debate demasiado, para que possamos aprovar essas proposições e fazer com que esse esforço que nos foi trazido e atraído por todos os senhores possa resultar em efetivas conquistas, principalmente no que tange às nossas obrigações legislativas.

Então, eu queria lhe agradecer pelas palavras e dizer que o nosso compromisso, como representantes da população, é fazer com que o esforço e essa dedicação de todos os senhores em reunir esses Estados, trazê-los para um pacto inteligente, estratégico, sábio...

O Deputado Thiago sabe que nós estamos participando da PEC 241/16, que trata de limitação de gastos, de despesas. Isso é muito difícil, porque existem as lutas corporativistas, existem as lutas setoriais, de segmentos, que defendem as suas causas e seus justos benefícios, mas o Brasil passa por um momento de crise econômica e social. Eu posso dizer que nós estamos no fundo do poço na esfera estadual, na esfera municipal e — eu não tenho dúvida — na esfera federal, pelo que está aí e pelo que está por vir.

Então, este momento de discussão de agenda econômica, social e política, de criação de um novo Ministério, é extremamente importante, mesmo que ele não vá à estrita articulação deste Governo que assume o País, mas que vá ao encontro do anseio da população.

Isso já foi defendido pelo Presidente Michel Temer quando Presidente da Câmara dos Deputados e acho que a população o exige, mas precisamos também



buscar um Ministério que tenha recursos, que tenha dinheiro. Isso é o que mais me preocupa no País hoje. Nós temos que ter recursos para viabilizar as ações.

Antes de convidar para fazer uso da palavra a Sra. Secretária Márcia de Alencar Araújo, que é anfitriã aqui no Distrito Federal, quero cumprimentar o Sr. César Roberto Simoni de Freitas, Secretário de Segurança Pública do Estado de Tocantins. Perdoe-me, Sr. César. Eu não havia visto que o senhor se sentou, mas quero fazer o registro e o cumprimento e agradecer-lhe por estar aqui conosco.

Tem a palavra a Sra. Márcia de Alencar Araújo, Secretária de Estado da Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal.

A SRA. MÁRCIA DE ALENCAR ARAÚJO - Boa tarde, Deputado Baldy. Obrigada pela deferência do uso da palavra aqui neste momento, nesta audiência. Cumprimento também as demais autoridades que estão nesta mesa de honra.

Quero me referir a alguns pontos que já foram ressaltados nas falas anteriores, tanto dos Deputados, como do colega José Eliton, e na fala, agora, do Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, relativamente à questão da gestão, tema central da crise na segurança pública hoje.

Nós passamos, nessas últimas 2 décadas, por um fortalecimento institucional muito evidente em relação às forças de segurança, seja em investimentos locais de cada unidade federada, seja em investimentos da Secretaria Nacional de Segurança Pública ou do Departamento Penitenciário Nacional através do Fundo Penitenciário Nacional.

As nossas estruturas foram trabalhadas e nós temos hoje Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar. Em muitos ambientes da administração penitenciária, foram feitos vários investimentos, e os nossos problemas talvez sejam os mesmos que foram apresentados ao então Presidente da Câmara Federal Michel Temer, no início dos anos 2000.

O custo econômico e social desse sistema colapsou exatamente porque a gestão não foi prioridade — pensar o sistema e a integração dos protocolos para que nós pudéssemos compartilhar riscos e responsabilidades de um serviço que é essencial, previsto na nossa Constituição, assim como educação e saúde.

Ninguém nunca discutiu os repasses para educação e saúde, ninguém nunca discutiu o que são os direitos fundamentais, diretamente previstos no art. 5º da



Constituição Federal, em relação à educação e à saúde. Segurança está lá. Mas o Ministério da Segurança nunca veio.

Foram feitos investimentos no Fundo Nacional de Segurança Pública, foram traçadas diretrizes na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009, e legislações vieram fortalecer, robustecer cada vez mais as nossas corporações, as nossas instituições, mas nós não conseguimos soluções republicanas no compartilhamento desses riscos e responsabilidades, seja porque nas unidades federadas existem disputas internas entre as próprias instituições, seja porque nós não tivemos essa coordenação geral para pensar esse sistema de uma forma que pudesse capitalizar.

E vem o Pacto pela Vida. O Pacto pela Vida nasce em 2006, em Pernambuco, com o então Governador Eduardo Campos. Essa metodologia foi premiada pelas Nações Unidas e passa a ser a política do legado principal do Partido Socialista Brasileiro, o qual hoje eu represento num governo socialista, o do Governador Rodrigo Rollemberg.

Essa metodologia foi para outras Unidades da Federação, a exemplo do Espírito Santo, da Bahia, de Goiás e do Ceará, e hoje está também em Brasília, onde há 18 meses a estamos acompanhando. Nos crimes violentos letais e intencionais, nós temos, sim, uma taxa para comemorar em Brasília. Podemos dizer que, em 18 meses, até julho deste ano, remontamos à taxa de 22 anos e meio atrás em relação ao crime de homicídio.

Só Distrito Federal, Espírito Santo, Ceará, Amazonas e São Paulo conseguiram redução de crimes violentos letais e intencionais no ano passado. Isso se deve a essa metodologia, a essa gestão compartilhada, à qualidade dos serviços integrados entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, em seu pré-atendimento hospitalar, sua capacidade de resposta operacional e sua interlocução com o sistema de saúde, para evitar mortes. O.k.

Mas, em crimes contra o patrimônio, nós não podemos avançar sem o controle de armas, sem o controle de divisas, sem a integração de protocolos, sem o aprimoramento da investigação, sobretudo na questão dos vestígios, para a elucidação dos fatos. Nós não podemos ter uma matriz de responsabilização



totalmente desalinhada com a velocidade com que esses crimes, que são migratórios, acontecem nas diversas Unidades da Federação.

Nesse sentido, na condição de Vice-Presidente desse consórcio, estaremos na reunião que vai ocorrer na próxima semana na Costa Rica, para não só apresentar o nosso Pacto Integrador, mas também fazer uma defesa, já que Brasília compõe a União de Cidades Capitais Ibero-Americana — UCCI e preside o Comitê de Segurança.

Em função desses resultados em relação aos crimes contra a vida e do que foi a elaboração das ações estruturadoras e preventivas de combate à criminalidade aqui, Brasília também foi considerada, junto com Madri, Capital Ibero-Americana da Paz para o biênio de 2017 e 2018 e vai ser premiada no próximo ano na Espanha.

Nós vamos levar essa preocupação, que foi muito bem colocada pelo Deputado aqui, de que o trabalho da segurança pública não é apenas e exclusivamente o da atividade policial. Precisamos de ações de repressão qualificada para esse eixo, que é desafiador e que nos traz aqui, para que essa legislação acompanhe a dinâmica da sociedade brasileira.

Nós conseguimos fortalecer nossas instituições nas últimas 2 décadas. Não criamos um sistema de gestão integrada e, muito menos, aproximamos a sociedade das nossas capacidades. Nós não estabelecemos um diálogo concreto porque não conseguiram enxergar os esforços que nós fizemos — tanto é que ela diz, sempre, que este é um dos problemas mais graves.

Adiar a criação do Ministério da Segurança Pública é, mais uma vez, adiar a escuta, o clamor e o pedido de socorro da população em relação a vários temas que transversalmente envolvem o trabalho que nos desafia como Secretários de Estado de Segurança. No fim das contas, Deputado Baldy, nós é que vamos ter que agora financiar, pautar, dialogar e articular políticas sociais integradas, porque nós não podemos reduzir o nosso trabalho a um estado policial e o Estado social não cumpriu a sua agenda do bem-estar.

Portanto, resta-nos responder a uma série de demandas. E Brasília criou o pacto pela vida, na gestão Rollemberg, dando-lhe o nome de Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida. O Viva Brasília, o pacto pela vida, é de juventude viva, é de



mulheres em segurança, é de sustentabilidade no que tange à questão da diversidade, porque os índices são evidentes.

Não seria difícil que os nossos colegas aqui também pudessem confirmar a avaliação concentrada da criminalidade. Os que matam, os que morrem, os que são vítimas, os que são agressores, os que roubam, os que furtam e os que são roubados estão na faixa de 16 a 24 anos de idade.

Eles são concentradamente o nosso público e estão ora no sistema socioeducativo, ora no sistema prisional. E eles são a malha que sustenta esse processo de desagregação social resultado da ausência de políticas sociais associadas.

Concordo que a criminalidade tem que ser combatida com foco nos públicos que devem ser alcançados em função do que é a criminalidade organizada. Mas não podemos esquecer que o Brasil não concluiu seu ciclo de bem-estar social. Portanto, há sim uma demanda reprimida e é bastante importante que a nossa geração pense no social em prol do futuro que vamos entregar para a nossa juventude.

Nesse sentido, eu gostaria de dizer que a essa iniciativa, liderada por José Eliton, não só nos associamos, mas também entregamos todo o nosso capital político e todo o nosso capital técnico, porque Brasília tem a honra de sediar a Capital da República.

Brasília tem sistemas exemplares de inteligências de forças e de capacidade operacional das nossas forças de segurança, porque reúne a condição de unidade federada e agrega aspectos da União, como segurança nacional, aspectos dos Estados e também aspectos dos Municípios, uma vez que nós fazemos esse híbrido como Capital da República.

Nesse ambiente, eu me coloco não só como anfitriã, mas também como parceira, de braço dado com o senhor, para que possamos fazer essa labuta e tomar as decisões que precisam ser enfrentadas corajosamente pelas autoridades com mandato e com capacidade legislativa para alterar essa realidade e fazer com que tenhamos sim um futuro diferente para entregar àqueles que esperam de nós, que são os nossos filhos, um futuro de construção de um país solidário e pacífico.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço muito as palavras da Sra. Secretária Márcia de Alencar Araújo, que pode ter a certeza de que nós estaremos sempre aqui dispostos a colaborar, a contribuir e a envidar todos os esforços necessários para que a Câmara dos Deputados contribua, nas suas atribuições, para que melhoremos, e muito, o ambiente da segurança pública e, obviamente, da paz social, que impacta diretamente a vida do cidadão.

Quero registrar a presença do Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim e dizer a S.Exa. que a palavra lhe será franqueada em qualquer momento que deseje falar.

Convido o Sr. César Roberto Simoni de Freitas para fazer uso da palavra, agradecendo-lhe pela presença.

O CÉSAR ROBERTO SIMONI DE FREITAS - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa de V.Exa., Presidente Alexandre Baldy, e agradeço a V.Exa. as palavras carinhosas dirigidas a todos os nós. Também agradeço a V.Exa. a oportunidade que está dando a nós que estamos trabalhando no pacto para trazer ao Congresso Nacional, trazer à Câmara dos Deputados a situação que o Brasil enfrenta. Cumprimento os demais Deputados na pessoa do Deputado Carlos Henrique Gaguim, velho amigo.

É verdade: a gestão é extremamente importante. O Brasil acabou de ter um exemplo do que é uma má gestão. Vejam onde nós fomos parar. Por muito pouco, nós não viramos uma Venezuela. Demos sorte! O Brasil, pelo Congresso Nacional, soube reagir e trazer esta Nação de volta para os trilhos, dos quais ela nunca deveria ter saído.

A gestão é importante. Nós temos como Presidente deste pacto o Sr. José Eliton. Quando os Secretários de Estado viram que a situação era gravíssima e que não havia o que se contingenciar, porque não se contingencia o zero, o Sr. José Eliton, então, nos liderou, nos acompanhou, nos fustigou. Isto é gestão. Tem que ter sorte para se encontrar um bom gestor. Neste particular, meu Secretário de Segurança Pública e Vice-Governador do Estado de Goiás, nós todos lhe agradecemos, pois o senhor tem sido a mola propulsora dessa nossa busca não em prol da polícia, mas em prol do cidadão.



Eu venho do Ministério Público, instituição na qual trabalhei como Promotor do Júri por 24 anos. Convivi com o crime por muito tempo, radiografando as suas causas e consequências. O que vi nesse período me convenceu de que alguma coisa tem que ser feita. Acho que começa pela Casa de Leis. Por que procuramos a Casa do Povo? Porque o povo nos procurou pedindo socorro. O cidadão não suporta mais a insegurança, não suporta mais chegar ao portão de casa e ver um bandido matar o seu filho, matar a sua esposa, por conta de um celular que quer roubar para comprar pedra de *crack*, como se a vida de um cidadão fosse de menor valor do que a vida de um animal — e nós estimamos os animais.

Nós temos que reagir. Temos que dar valor à vida. A vida não tem preço. O maior valor, o maior bem do cidadão é a vida. Concordo com o que disse o meu amigo Jefferson Miller Portela e Silva: esta é a violação do maior bem.

Eu fui Promotor do Júri por 26 anos. Pergunto: qual é a lógica de se entregar ao cidadão leigo, que não conhece de matéria fática, que não conhece de prova material, de precedentes, de dispositivos de lei, o julgamento pela vida daquele que se foi? O Tribunal do Júri deveria existir? Sim, mas para julgar aqueles que dilapidam o patrimônio público, o dinheiro do contribuinte, o dinheiro do cidadão. Dilapidar esse dinheiro pelas formas que nós já conhecemos — eu não vou entrar neste mérito — é um crime de lesa-pátria. É este crime que bota muita gente no hospital! É este crime que tira muita criança da escola! É este crime que tira do pobre o pão de cada dia!

Nós precisamos nos encontrar, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. O que o Brasil quer? Nós estamos caminhando como se fôssemos uma cobra morrendo. Ao mesmo tempo em que queremos combater o crime, nós damos para os criminosos defesa pública gratuita e, de antemão, dizemos: *“Podem delinquir. Nós vamos pagar!”*

O que diz a Constituição da República? Todos têm direito à defesa. Todos deveriam ter direito à defesa, desde que não tivessem o propósito antecipado de delinquir. O que é o crime doloso? Um crime de vontade. Você pode renunciar. Então, qual é a lógica de nós pagarmos defesa pública? A vítima e os parentes da vítima pagam defesa pública para quem quer delinquir.



Nós temos que empobrecer o crime, temos que onerar o crime e não favorecê-lo. Quem quer delinquir que aguente a pena. O que não é lógico é impor aos parentes da vítima ou à própria vítima, se não for o caso de homicídio ou latrocínio, que paguem por aquele que teve vontade de delinquir, ou seja, que cometeu um crime doloso.

Quanto é que custa um defensor público? O mesmo que custa um magistrado, um promotor. Nada contra a gloriosa instituição da Defensoria Pública, mas não é lógico que nós, cidadãos, paguemos para aquele que decidiu: *“Eu vou delinquir”* — isto é o crime doloso.

Nós enfrentamos outra situação em que não há lógica. Embora eu não seja tão antigo, venho do tempo em que o cidadão não tinha dificuldade de ter o porte de arma — o cidadão de bem, evidentemente. Hoje, o cidadão está desarmado. O Estatuto do Desarmamento é uma apologia ao crime, na minha ótica — e respeito as opiniões contrárias.

Perguntaram-me, ainda quando eu era Promotor — hoje sou aposentado —: *“Promotor, mas o senhor está defendendo o porte de arma? Isso vai aumentar muito os homicídios”*. Eu disse: *“Olha, até concordo. Vai morrer um bocado de bandido, porque agora está morrendo muita gente de bem”*.

O bandido está armado porque a nossa fronteira seca é muito grande, e não temos condições de fiscalizá-la. Então, nós estamos fazendo o seguinte: não estamos combatendo a entrada da arma e da droga lá na fronteira, estamos combatendo no destino. Mas aí temos como refém toda uma população.

Eu não tenho condições — tenho certeza de que os meus colegas também não, nem os comandantes das Polícias Militares dos Estados que aqui se encontram — de oferecer segurança para o cidadão na casa dele, no trabalho dele, na escola dele. Nós não temos como protegê-lo. Através do Estatuto do Desarmamento, nós tiramos a proteção do cidadão. Evidentemente, só terá porte de arma aquele que for comprovadamente idôneo. O bandido não precisa de atestado, ele simplesmente tem a arma e mata e subtrai a vida.

Eu nunca vi os representantes dos Direitos Humanos — nada contra os Direitos Humanos — se preocuparem com os familiares das vítimas. Mas, muitas vezes, como Promotor, eu fui fustigado por conta dos familiares dos presos.



Nós temos que demonstrar para o cidadão, Srs. Deputados — esta Casa representa o povo —, que o crime não compensa. Do jeito que as coisas vão, compensa ser criminoso. O cidadão de bem paga imposto, está no processo produtivo, paga uma carga tributária violenta. Nós tomamos multas — só toma multa quem está identificado — e, quando cometemos qualquer deslize, somos apenados.

O que acontece com o criminoso? Há uma demora gigantesca para o seu julgamento. Como disse o Secretário Jefferson, isso favorece o criminoso de forma impressionante. Ele tem à sua disposição defesa pública gratuita. Ele tem uma gama de garantias e uma série de direitos: progressão de regime, liberdade condicional, *sursis* processual e, agora, a audiência de custódia, e por aí vai.

Não adianta nós termos 600 mil, 800 mil presos, porque há mais de 1 milhão e meio de bandidos aterrorizando a nossa sociedade, que tem o direito de ter paz e de ter garantias. Não adianta destinarmos 25% do Orçamento da União para a educação se o filho de um cidadão pode ser morto ao sair da escola, simplesmente para que se roube um celular ou um tênis. Não adianta nós destinarmos 12,5% para a saúde se continuarmos enchendo os hospitais com pacientes advindos do uso do *crack*, do tráfico do *crack*, do tráfico de drogas. Temos que destinar fontes de recurso para combater o crime. Muitas vezes, nem os 12% da saúde nem os 25% da educação vão resolver. E pior: nós não temos nem 1%. Nós temos 0%.

É isso o que o pacto traz ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, pedindo a V.Exas. que olhem para essa vertente. O povo está clamando por segurança. Essa é a proposta que estamos trazendo.

Nós olhamos, vimos, conversamos, e só há uma única solução, pois não há o que contingenciar: tem que se criar o Ministério da Segurança Pública, sem afetar as prerrogativas ou as competências do Ministério da Justiça. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal continuam lá. Nós só queremos que o Ministério da Segurança cuide da segurança dos Estados e do sistema penitenciário dos Estados, para que tenhamos organização, para que tenhamos parâmetro, para que tenhamos igualdade de tratamento. É apenas isso.

Agradeço, Sr. Presidente, o uso da palavra. Temos certeza de que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou seja, o Congresso Nacional como um todo, nos darão apoio nessa proposta.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Sr. César Roberto, Secretário de Segurança Pública do Estado do Tocantins.

Eu agradeço a V.Sa. as palavras e as corroboro, no sentido de que é importante não só a criação de uma estrutura administrativa, mas também a imposição de recursos.

Hoje a saúde tem essa vinculação constitucional, bem como a educação. No entanto, a demanda da população por segurança pública é, se não maior, igual ou pouco menor do que a demanda por esses dois temas que hoje possuem vinculação tanto na esfera federal quanto nas esferas estadual e municipal. Creio que deveria haver vinculação também para a área de segurança pública, porque a carência de recursos é sempre um desafio.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Em primeiro lugar, quero agradecer a presença ao nosso Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Baldy; ao nosso Vice-Governador José Eliton, que já esteve aqui outras vezes acompanhando esse trabalho importante para o País; ao meu Secretário César Simoni, que tem grande credibilidade no nosso Estado; ao Coronel Edvan, Chefe do Estado-Maior do Tocantins. Estamos trabalhando junto com vocês. Esta é uma pauta importante.

Eu fiz parte da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro, com o Deputado Alberto Fraga, do Distrito Federal. Nós andamos pelo País durante todo o ano passado. Tem que se tomar uma decisão, porque o País não aguenta mais sustentar tantos bandidos, que ficam só cometendo crimes e trazendo um alto custo para o País.

Quando eu fui Governador, a minha maior preocupação era a apreensão de bandidos. No entanto, o Estado não está dando conta de manter esse pessoal sem trabalhar. Hoje, se forem prender todos os bandidos que existem, não haverá cadeia nem dinheiros suficientes.

Os presos recebem quatro alimentações diárias. Eu ainda estou respondendo a uns oito processos, porque eles reivindicavam cinco refeições e, num certo dia, quando eu era Governador, faltou um lanche. Até hoje eu estou sendo processado por causa disso. É um absurdo!



Espero que esta Comissão, da qual faço parte junto com o grande Deputado Alexandre Baldy, trabalhe neste sentido. Tem que se criar o Ministério da Segurança Pública. Não podemos abrir mão disso.

As pessoas se lembram de Deus e da polícia. Hoje, no meu Estado, eu recebo um carinho muito grande. O Sr. César sabe disso. Tenho 90% de apoio tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. Hoje eles são um *outdoor* ambulante. Essas pessoas têm que ser respeitadas. Eu e o Deputado Alexandre Baldy vamos fazer a nossa parte. Nós contamos mesmo com vocês para enfrentarmos esse problema.

Neste final de semana, no nosso Estado, bandidos mataram um ex-Secretário do meu Governo. Foram à casa dele, beberam, roubaram e ainda enforcaram esse cidadão que foi para o Tocantins há 25 anos e enfrentou tudo. Agora, quando estava começando a organizar a sua vida, os bandidos o mataram. Tem mesmo é que matar esse pessoal. Eu estou favorável. Bandido tem que ter o que a Justiça determinar mesmo.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Deputado Carlos Henrique Gaguim. Agradeço a V.Exa. o apoio e a participação na Comissão de Segurança Pública da Câmara Deputados. V.Exa. é um Deputado combativo e lutador pelo Estado do Tocantins e pelo seu País, o Brasil, como um todo. V.Exa. sempre nos apoia. Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Eu queria fazer só duas pequenas observações. A primeira é com relação a essa grande articulação nacional que está sendo feita. No País, nós tratamos diversos temas em âmbito nacional, mas não a segurança pública, que tratamos de forma fatiada. Ou seja, cada Estado é responsável pela sua segurança pública. Mas este é um problema nacional. Então, é muito importante essa visão global que o pacto propõe aqui.

Eu queria aproveitar este momento para também fazer uma reflexão com relação à vinculação de receitas a qualquer tema. Vou dar um exemplo de algo que, às vezes, parece ser a solução do problema, mas não é. Vou dar um exemplo vivido por esta Casa no ano passado. Ano a ano, a saúde tinha o seu orçamento acrescido com base no PIB. O valor do ano anterior era aumentado com base no PIB ou no



IPCA. No ano passado, isso foi alterado, Deputado Alexandre Baldy. Esse valor foi vinculado à receita, como ocorre com a educação. O que aconteceu? Como estamos num ano de crise, a receita caiu e nós temos menos dinheiro para saúde. Num momento de crise social, há mais necessidade de recursos para saúde, mas, pelo fato de a receita ter caído, o orçamento foi reduzido. O Congresso corrigiu isso, dando mais recursos para a saúde. Dou esse exemplo para demonstrar que nem sempre a vinculação é uma boa saída. Temos que garantir, no Orçamento votado por esta Casa, a quantidade de recursos necessários para a segurança pública, em vez de priorizarmos a forma de vinculação.

Eu gostaria de fazer só essa pequena reflexão aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Deputado Thiago Peixoto, creio que V.Exa. esteja correto. Há alguns dias, ao discutirmos com o Ministro do Planejamento, com o Sr. Eduardo e com o Senador Romero Jucá, observamos a possibilidade de tratarmos a vinculação como um piso, não como um limite pré-estabelecido. Sabemos que, nas esferas do Executivo, muitas vezes o gestor não tem o que executar, como é sua obrigação, o que lhe imputará consequências, caso não esteja de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Hoje, as Casas Legislativas municipais, estaduais ou federais têm condições de atuar junto ao Executivo, para que se possa destinar o orçamento necessário para atender ao pleito da saúde ou da educação. Eu creio que, de início, para a segurança pública, possivelmente o piso dessa vinculação constitucional seja produtivo e proveitoso, para que consigamos absorver recursos estritamente no campo federal, no qual se concentra boa parte da arrecadação tributária.

Eu concordo com V.Exa. no sentido de que, quando há variação, seja da inflação, seja do PIB, temos esse prejuízo que nós aqui no Congresso temos que corrigir, para atender aos pleitos da população e dos gestores em todo o Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Eric Seba de Castro, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil.

O SR. ERIC SEBA DE CASTRO - Bom dia, Sr. Presidente.

Cumprimento toda a Mesa e todos os senhores e senhoras presentes. De forma muito carinhosa, cumprimento o meu amigo Álvaro, o Dr. Lawrence e o Dr.



Marcelo, que são, respectivamente, os Chefes de Polícia dos Estados de Goiás, Maranhão e Mato Grosso do Sul, operadores de segurança pública.

De forma muito breve, eu queria seguir uma vertente voltada para a análise do sentimento dos operadores de segurança pública. Todas as causas nós já conhecemos, mas talvez consigamos enxergar as soluções: integração, política de segurança pública em âmbito nacional, política de base.

Nem a política de base, que deveria ser aplicada na infância, evitaria a criminalidade. Um dos exemplos mais clássicos do Brasil é o de um médico chamado Hosmany Ramos, que ficou conhecido na década de 70 por ser um profissional renomado e um bandido envolvido em tráfico de drogas, em homicídios, em vários crimes. Isso não foi consequência de uma base cultural ou de uma situação financeira. A razão não foi outra que não a opção de ser bandido e criminoso. Então, a base tem que ser dada, mas, quando isso não acontece, não se pode atribuir a essa falta de base a escolha pelo caminho do crime, que é uma opção da pessoa.

Todos nós operadores de segurança já passamos pela situação — tenho certeza de que não foram poucas vezes — de efetuarmos uma prisão e a família da pessoa chegar lá absolutamente arrasada, chocada, dizendo: “*Ele tinha tudo dentro de casa. Ele não precisa disso*”. Ou seja, a pessoa escolheu aquele caminho porque optou por ser bandido, talvez pelo *glamour*, talvez por essa ser uma forma de ele se fortalecer ou se impor perante o grupo dele.

Para essas pessoas, eu acho que existem dois caminhos: o caminho da tentativa de recuperação e o caminho da reincidência e do retorno — o retorno nem sempre se efetiva na forma de reincidência —, que foi um dos vários problemas mencionados aqui.

Quantas pessoas são presas? No caso de Brasília, eu afirmo: vários plantões nossos se iniciam com um criminoso sendo conduzido pela Polícia Militar ou pela Polícia Civil e finalizam com essa mesma pessoa sendo apresentada novamente no balcão. Meu Deus do céu! até que ponto nós vamos pagar esse custo, o custo de uma leniência, de uma tolerância para com pessoas que insistem em transgredir?

O Deputado Thiago disse aqui que a educação é o primeiro caminho, e eu concordo. Deve haver na base um investimento em tudo que possa dar



oportunidades para as pessoas. Nem por isso alguns vão deixar de transgredir, como falou, se não me engano, a Deputada Magda.

Vou contar um exemplo que citei outro dia. Eu sou da época em que mães davam chineladas nas crianças com sandálias Havaianas — não estou fazendo propaganda. Eu não fui um menino muito fácil, não. Eu era muito arteiro. A primeira pena era uma chinelada na bunda — desculpem-me a expressão. A segunda pena era ter que ficar no quarto 1 semana sem assistir a desenhos animados. Essa era a medida educativa.

E agradeço à minha mãe por isso. Outro dia ela me olhou chorando e me falou: *“Meu filho, desculpe!”* A minha mãe era muito rigorosa. Éramos uma família de cinco filhos, um de coração e quatro biológicos, e passamos dificuldades. Não passamos fome, graças a Deus, mas passamos muitas dificuldades e aprendemos a dar valor a cada grão de arroz que tínhamos dentro de casa, sem cobiçar o alheio. Se voltássemos para casa com uma borracha de outra pessoa, minha mãe dizia: *“Vai devolver a borracha, porque ela não é tua”*.

Quando minha mãe me olhou e me pediu desculpas, eu disse: *“Mãe, a senhora não tem que me pedir desculpa. Eu tenho que agradecer à senhora: nenhuma chinelada foi em vão — absolutamente nenhuma!”* Elas foram bem dadas, porque serviram para cada um de nós, quatro homens e uma mulher, escolher o caminho do bem, o caminho do respeito ao direito, ao patrimônio e ao nosso semelhante.

Eu digo isso porque incomoda a nós operadores de segurança pública a redução de pena no caso de uma tentativa de crime, por exemplo. O crime só não foi consumado porque houve a interferência de alguém, e não pela vontade do criminoso. E este ainda é beneficiado com uma redução de pena!

A Secretária Márcia disse que aqui em Brasília nós temos uma estrutura de segurança bastante integrada. Tivemos uma redução no número de homicídios que se deve muito à atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que dá um pronto atendimento e evita que a vítima morra. Mas aquele crime contra a vida não deixou de acontecer, ele só não se consumou. Essas criaturas são bandidos, são monstros que matam uma pessoa pelo simples prazer de matar.



Recentemente, há 15 dias ou 20 dias, um adolescente de uma família com dificuldades, que tentava vencer na vida, foi assassinado ao sair do colégio no Município de Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal. Esse menino de 14 anos foi morto simplesmente porque não quis entregar uma bicicleta. Ele não reagiu, apenas se assustou e tentou correr. O sujeito que comete um crime como esse é um monstro. Não há outro nome para ele.

Eu concordo com um Deputado que esteve aqui — acho que ele se ausentou. Não vou repetir o jargão que ele usou, porque dizem que é politicamente errado, mas bandido bom é aquele que está lá naquele lugarzinho, junto com o bichinho de chifre. Por quê? Porque senão ele vai mandar outra pessoa para lá. Ele faz isso simplesmente por opção. Ele mata por prazer.

É o caso dos indivíduos que mataram um pai de família daqui do Congresso, o Sr. Eli, na porta de um colégio, quando ele estava buscando os dois filhos. Sabe como esses criminosos se intitulavam? “Fábrica de luto”. Eles se orgulhavam de serem chamados de “fábrica de luto”.

Eu não queria entrar muito na questão técnica, porque a questão técnica nós conhecemos. Nós precisamos, sim, ter gestão, como foi dito aqui. Nós precisamos, sim, ter um sistema de segurança pública.

No ano passado, quando assumi o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, eu fiquei estarecido. O Dr. Álvaro entrou mais recentemente, mas eu, o Dr. Lawrence, que é um dos membros mais antigos, e o Dr. Kleber, que é assessor do Conselho, vimos uma situação estarecedora.

Eu não vou falar especificamente da Polícia Civil, porque todos nós da segurança pública — Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros — padecemos de uma falta de efetivo crônica, de uma falta de investimento em equipamentos de um modo geral, de uma falta de políticas que nos deem condições de fazer aquilo que nos propusemos a fazer.

Eu tenho 33 anos de polícia. Orgulho-me de dizer: “*Não sei quantos bandidos botamos na cadeia*”. Eu entrei como agente de polícia, hoje estou delegado e, se Deus quiser, daqui a algum tempo, estarei aposentado. Preocupa-me hoje o meu filho, de 23 anos, sair em Brasília. Apesar dos nossos ótimos índices, Brasília é uma cidade perigosa.



Há pouco tempo, fui visitar Fortaleza e disse a um policial que eu gostaria de conhecer a Ponte do Francês. Eu não me identifiquei como policial. E ele falou: *“Olha, você tem que ir lá entre as 10 horas da manhã e as 17 horas. Fora desse horário, é perigoso”*. Trata-se de um ponto turístico em Fortaleza, e o próprio policial diz: *“Não vá lá, não. Nem nós costumamos ir lá antes desse horário ou depois daquele horário”*.

Que vida é essa que tem essa população? Que vida é essa que essa gente tem? Isso acontece em uma cidade litorânea, assim como acontece em Brasília, uma cidade turística, Capital do Brasil, que hoje é assolada pela criminalidade.

Portanto, Srs. Deputados, nós realmente precisamos abraçar a segurança pública como um caminho para a qualidade de vida. Isso foi o que nós falamos há pouco lá na casa do Presidente Rodrigo Maia.

Não adianta ter a melhor saúde do planeta, nem a melhor educação, nem uma infraestrutura de primeiro mundo, se nós não temos paz, se nós não temos segurança para ir do colégio para casa.

É interessante o contrassenso que nós operadores de segurança pública vivemos. Nós tentamos dar segurança pública e, ao mesmo tempo, ficamos preocupados com os nossos parentes, com os nossos familiares, com a sociedade de um modo geral.

Há algum tempo, o meu filho foi seguido. Eu não sei se se tratava de um bandido comum ou de um bandido de carteirinha que cobiça o cargo de diretor ou alguma coisa que o valha. Então, essas são preocupações que temos. Nós temos como superar isso e ter tranquilidade, se realmente houver uma política.

Essa política tem que ser nacional. Essa política tem que abraçar todas as instituições. Essa política tem que parar de defender o “vamos pela educação”. Se não deu, é punição. Hoje o que nós temos é a impunidade, que grassa no Brasil inteiro.

V.Exa. falou do problema das drogas. Aqui nós tivemos uma grande redução dos índices de homicídios em determinadas áreas do Distrito Federal. Ao fazermos uma comparação, constatamos que a redução foi absolutamente coincidente com os locais onde houve maior atuação contra o tráfico de drogas, ou seja, onde



efetivamente houve um maior combate ao tráfico de drogas pelas instituições de segurança.

Nós vamos continuar tratando um traficante como um pobre coitado? Nós vamos continuar tratando assim um traficante que é pego? Todos nós sabemos que hoje não há traficante que carregue grande quantidade de droga. Hoje qualquer traficante é um grande traficante, porque ele fragmenta a droga, o *crack* que ele vende, a cocaína que ele vende, a cocaína que ele vai entregar para um criança de 10 anos, 12 anos, na porta de um colégio. Outro dia, eu vi uma entrevista de um policial militar que chamava esses camaradas de lixo. Eu acho que eles são piores do que lixo.

Hoje a nossa legislação, Sr. Deputado, coloca isso como porte compartilhado, como porte para consumo próprio, que se vai compartilhar com os amigos. Isso cola! E o camarada nunca fica preso. Se não se adequa, ele tem que ser segregado de verdade. Por quê? Porque ele vai sair e, direta ou indiretamente, vai matar e vai roubar.

A sociedade brasileira se orgulha muito de ser acolhedora, só que nós estamos acolhendo bandidos. Dessa forma, nós vamos chegar àquela situação da teoria das janelas quebradas. Não sei quem a conhece, mas, em síntese, é mais ou menos assim: dois carros foram deixados em dois locais, um onde havia certa criminalidade, e o outro em local onde não havia criminalidade. Depois de 1 semana, o primeiro carro estava completamente destruído, depenado, sem banco, sem roda, sem motor, etc.; o outro, que estava num local mais elitizado, em que não havia tanta criminalidade, continuava intacto.

Passou-se para a segunda etapa: alguém quebrou o vidro de propósito. Após 1 semana, esse mesmo carro estava completamente destruído, como aquele primeiro. Bastou que se quebrasse uma janela. Há uma tolerância, mas, com isso, foi dado um sinal: aqui não há norma, não há regra. Pode-se fazer o que quiser. Aqui você não vai ser punido.

Está assim a educação. Está assim a repressão. Temos que dizer para o camarada: se você cometeu um crime, você vai pagar por ele. Não pode haver tolerância.



Era isso o que eu queria dizer para todos os operadores de segurança, Sr. Presidente. A nossa luta é muito árdua, mas é muito gratificante, porque o resultado dela, com certeza, trará uma sociedade muito mais justa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço as palavras a V.Sa., Sr. Eric.

Como foi comentado aqui por todos, recurso é fundamental, é necessário. Os senhores assumiram essa responsabilidade, principalmente aqui no Distrito Federal, com o Diretor-Geral, com a Sra. Márcia, Secretária de Segurança Pública.

Há pouco mais de 1 ano, o Governo assumiu uma máquina extremamente complexa e em dificuldades financeiras — o que é impressionante, na nossa visão, se considerarmos o fundo constitucional e as arrecadações. A boa gestão é fundamental. Aqui havia recurso, mas foi mal utilizado, mal gerido, e chegamos a um caos financeiro. Para nós, Sr. Vice-Governador, era impossível esta unidade da Federação chegar a esse caos financeiro, que foi promovido pelo Governo anterior do Distrito Federal.

Neste momento, eu queria franquear a palavra aos senhores e às senhoras que estão aqui conosco participando desta audiência: Comandantes-Gerais, Diretores da Polícia Civil, servidores, todos os homens e mulheres da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica, enfim, das instituições de segurança pública como um todo. Irei franquear a palavra aos que quiserem perguntar ou propor algo. Estejam à vontade!

Concedo a palavra ao Coronel Divino Alves, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás.

O SR. DIVINO ALVES DE OLIVEIRA - Boa tarde, senhores. Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Baldy.

Um evento como este enche de esperança todos nós operadores de segurança pública. Eu tenho 32 anos de efetivo serviço na Polícia Militar. Pouquíssimas vezes observamos uma movimentação tão intensa, tão focada, visando resolver ou pelo menos minimizar aqueles problemas que nós enfrentamos desde sempre.



Eu comentava agora com o Comandante Pereira a máxima que escutamos no encontro de líderes em Goiânia: a segurança pública precisa de verba, precisa de investimentos, precisa de recursos para que conte com tecnologia. Isso não cai do céu.

Eu parablenizo o Dr. José Eliton, que é o nosso Vice-Governador e Secretário de Segurança Pública, pela iniciativa de proporcionar a nós que estamos na ponta, na execução, ali na rua, dia após dia, a esperança de que nós veremos dias melhores, a esperança de que todo o nosso esforço e toda a nossa juventude não tenham sido desperdiçados. No meu caso, como V.Exa. acabou de dizer, foram trinta e poucos anos de serviço — eu entrei para a PM com 20 anos. Toda a minha juventude eu deixei aqui, e vejo com bastante alegria que isso não está sendo em vão. Algo está sendo construído, algo está sendo apresentado, e talvez nós não consigamos colher o resultado amanhã cedo — que bom se pudesse ser assim! Mas nós observamos que, pelo passo como as coisas estão sendo aceleradas e processadas, há uma expectativa de que pelo menos grande parte daquilo que se propõe seja conquistado no curto prazo, e não em longo prazo.

Que bom que há um repensar! Que bom que as pessoas param para entender que não é tudo culpa da polícia. Existe uma transversalidade de coisas que precisam ser tratadas e observadas. Que bom que esta Casa se abre para nos ouvir. Que bom que esta Casa para e ouve aqueles que, como eu disse, estão na ponta, dia após dia, às vezes cansados, mas estão lá. Estão cansados, mas não com aquela ideia de não fazer mais, por ter que conduzir a mesma pessoa 10, 15, 20, 50 vezes para a delegacia e vê-la sair primeiro do que o policial de lá.

O meu coração se enche de alegria — vou usar esse termo, porque é assim que eu me sinto — por saber que estamos no caminho certo. O Pacto Interestadual de Segurança Integrada tem dado resultado, tem proporcionado a expectativa de algo melhor, e nós temos trabalhado nisso desde o início, capitaneados pelo Dr. José Eliton.

Faz-se necessário, Presidente Alexandre Baldy, a participação, o engajamento, o vestir a camisa desse projeto, literalmente, por parte de V.Exas. que ocupam esta Casa. Eu peço isso como alguém, como já disse, com 32 anos de serviço, que está nas ruas o tempo inteiro.



Eu comentava que em Goiás, este ano, 17 toneladas de drogas foram apreendidas somente pela PM. Quantas e quantas vidas foram ceifadas por causa dessas drogas? E aí nós ouvimos o comentário de posse compartilhada. Isso parece piada! Parece, mas não é. O duro é que não é piada, é real.

Auxiliem-nos! Auxiliem-nos! Sabemos que esta Casa tem poder para tal. É claro, ela não pode tudo, mas pode muito. Pode muito!

Com certeza, pela conjugação do esforço de V.Exa., pela liderança que V.Exa. tem nesta Casa, nós haveremos de conquistar aquilo que nós todos desejamos: não uma sensação de segurança, mas a certeza dela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado Comandante-Geral Coronel Divino Alves.

Esta é a Casa que representa o povo, e essas demandas da população têm que ser implementadas. A diversidade de todos os Estados e de todos os brasileiros é aqui representada pelos eleitos. Mas essa diversidade dos debates nesta Casa também nos desafia e dificulta a implementação dos projetos, muitas vezes, por questões individuais, corporativas, corporativistas ou singulares. Em cada caso, tantos que não vamos mencionar, isso nos dificulta a efetiva aprovação, para que nós facilitemos a vida do cidadão. Não queremos somente melhorar a vida no sentido de trazer benefícios às categorias, àqueles que estão aqui representando segmentos e só vislumbrando obviamente atender a eles. Queremos, sim, fazer aquilo efetivamente que precisa ser feito. Nós não precisamos de dicotomia; nós precisamos de ações efetivas que melhorem a vida da população, porque é isso que vai fazer a diferença. Do contrário, a classe política, como um todo, torna-se cada dia mais desacreditada por parte da população.

Eu agradeço as palavras e a presença de V.Sa. Conte com a minha pessoa. Estou sempre à disposição.

O SR. JOSÉ FREDERICO GOMES PEREIRA - Peço permissão a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Peço a V.Sa., Comandante-Geral, que pronuncie o seu nome por inteiro, para que fique registrado nas notas taquigráficas.



O SR. JOSÉ FREDERICO GOMES PEREIRA - O meu nome é Coronel José Frederico Gomes Pereira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão, cargo que ocupo com muito orgulho, mesmo que transitoriamente.

Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a Deus e a V.Exa. por esta oportunidade. Muito me orgulha estar aqui hoje diante de pessoas tão compromissadas com a causa pública, principalmente com a segurança pública.

Ontem, a minha indignação estava lá no Maranhão, presa dentro de mim, diante de tantas nulidades, de tanto descaso e do tratamento romântico dado ao criminoso hoje no Brasil, de modo geral.

A minha indignação hoje, com certeza, é a mesma do nosso Secretário de Segurança, do nosso delegado-geral, da nossa tropa e de todo policial brasileiro. A indignação do policial pode causar, inclusive, até uma tragédia: a sua morte ou a morte de alguém.

O meu receio em relação a isso é que, diante de tantas dificuldades de nós fazermos o nosso papel, o nosso retrabalho, os policiais comecem a achar que não vale a pena e a recuar: *“Eu não vou mais me arriscar, porque não está compensando”*. O nosso sacerdócio precisa ser incentivado, para que nós possamos estar nessa lida do dia a dia, no combate à criminalidade.

Eu quero render uma homenagem a todos os policiais brasileiros, independentemente da sua instituição.

As palavras ditas aqui são animadoras. Obviamente, nós esperamos que isso ecoe e que as coisas comecem a mudar. Tenho esperança de que isso aconteça. No dia em que eu perder a esperança, não posso mais ser policial no Brasil.

A cada dia está mais difícil ser policial no Brasil. No domingo, enterrei um sargento que foi assassinado na porta de sua casa. Não é fácil para um comandante enterrar um policial. Não é fácil! O policial é um filho, é um irmão, é um companheiro de luta. Tenho quase 25 anos de tropa, de combate direto à criminalidade. Sei muito bem pelo que o policial passa. Todos nós aqui sabemos.

As palavras aqui ditas são animadoras. Nós policiais e todas as autoridades que estão debatendo esse assunto somos a última fronteira entre o criminoso e o cidadão. Nós somos a última fronteira. Não há mais a quem apelar. Ou resolvemos isso ou essa fronteira será rompida, e o cidadão será atingido mortalmente.



Como defensores das pessoas de bem, não temos que pensar nas causas sociais que levaram aquele elemento a cometer um crime. Temos que pensar que nosso dever é proteger as pessoas de bem, as vítimas. Temos que pensar nas vítimas e não no porquê de aqueles elementos terem chegado a cometer um tipo de delito, se eles são vítimas do sistema etc. Sabemos que não é bem assim e que muitos criminosos são profissionais no que fazem. A nossa tarefa tem que ser agir para fazer com que aquelas pessoas sejam responsabilizadas por aquilo que cometeram. Nosso papel é esse.

Estou muito grato pela oportunidade que o nosso Secretário de Segurança nos deu de estar aqui. Contem conosco. Esperamos que esse debate possa se repetir em outros momentos. Colocamo-nos à inteira disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, comandante.

Conforme a ordem das inscrições, concedo a palavra ao Sr. Bruno Tasca.

Peço a V.Sas. que tenham atenção quanto ao tempo de 3 minutos.

O SR. BRUNO TASCA - Sr. Presidente Alexandre Baldy, senhoras e senhores, boa tarde. De fato, a iniciativa é maravilhosa.

Sou delegado de polícia em Minas Gerais.

Eu gostaria de destacar três eixos relacionados à segurança pública, porque o debate não é fácil. O primeiro deles é o eixo legislativo. Estamos no foro adequado para tratar do eixo legislativo, porque todos nós sabemos que compete privativamente ao Congresso Nacional legislar sobre Direito Penal e Direito Processual Penal.

Quando pensamos no Código Penal e no Código de Processo Penal, basta ter em mente que eles são da década de 1940 e foram inspirados no regime fascista da Itália. Vivemos uma realidade distinta. O código é da década 1940, foi inspirado numa realidade fascista e totalitária, na qual preponderava o princípio da culpabilidade. Praticado o fato típico, tudo indicava que aquele indivíduo seria condenado. É por isso que, quando abrimos o Código de Processo Penal, está escrito “liberdade provisória”. Hoje, todos nós sabemos que a regra é a liberdade, e a exceção é a prisão. Numa releitura constitucional e numa releitura de acordo com os tratados de direitos humanos, prepondera hoje o princípio da presunção de



inocência. Então, vivemos realidades distintas: um código totalitário e a presunção de inocência. Não existe um meio-termo.

Chegou o momento de repensarmos o Código de Processo Penal. Concordo com o Vice-Governador José Eliton: o sistema de progressão de regime (*ininteligível*) de pena, a questão do *sursis*... Hoje, acabamos enxugando gelo. Prende-se o criminoso, prende-se o bandido, e daqui a pouco ele está na rua. A polícia vai lá e o prende de novo. É um jogo de enxugar gelo, porque não existe, de fato, um meio-termo.

Isso também vale para o nosso Código Penal. Temos que redefinir alguns crimes, temos que redefinir as contravenções penais. Será que é necessário definir alguns crimes de menor potencial ofensivo? Será que não é o momento — dentro da evolução social, aqui no Congresso, na elaboração das leis — de nos atermos ao princípio da intervenção mínima do Direito Penal, e de focarmos os grandes crimes?

Por exemplo, trabalhei na Delegacia de Crimes Cibernéticos de Belo Horizonte durante um bom tempo, e sobre a demanda de lá eu posso afirmar: 80% dos inquéritos que tramitam lá são crimes contra a honra e que, quando se chega ao final, depois de se movimentar toda uma máquina para a ação penal privada, a vítima desiste, enquanto crimes graves poderiam estar sendo apurados.

Então, eu destaco aqui o eixo legislativo. Acho que é um bom momento de repensarmos o Código de Processo Penal, o Código Penal, a definição de crimes, aqueles que de fato importam.

Outro eixo é o do investimento. Não há como tratar a segurança pública sem investimento, porque segurança pública é caro. Daí a importância de se criar o Ministério da Segurança Pública, para haver repasse de recursos para serem investidos pelos Estados, para que as polícias possam, de fato, atuar e ser eficazes.

Destaco também o eixo da gestão. Não adianta haver investimento, se a polícia não sabe gastar os recursos, se a polícia não tem um diagnóstico de pessoal, de aparato logístico, se não tem uma gestão relacionada à modernização da investigação, focando a inteligência. Então, destaco esses três eixos.

V.Exas. estão de parabéns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Sr. Bruno.



Passo a palavra ao Sr. Coronel da PM de Tocantins Edvan de Jesus Silva.

O SR. EDVAN DE JESUS SILVA - Deputado Alexandre Baldy, Presidente desta Comissão, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, assim como parabenizar o Vice-Governador José Eliton, que preside o Pacto Interestadual de Segurança Integrada.

Primeiro, as nossas palavras são para reforçar tudo que foi dito aqui e, de certa forma, dizer que esse pacto precisa deixar de ser só de segurança pública. Ele precisa verdadeiramente ser um pacto de todas as instituições e um pacto da sociedade.

Eu sou do tempo em que eu e as outras crianças chorávamos porque todos queríamos ser os policiais nas brincadeiras. Hoje, vemos o inverso: a criança chora porque ela quer ser o bandido. E por que ela quer ser o bandido? Isso passa muito pelo que se falou aqui sobre a importância da educação. Hoje, quando se assiste à televisão, Sr. Vice-Governador, o bandido está com as mulheres mais bonitas do lado, é o ator mais bonito, é o rico, é o que está usufruindo de tudo do bom e do melhor. O policial é o panaca, o policial é o feio, o policial é o corrupto. Então, também precisamos trabalhar a questão da educação.

Nós precisamos valorizar a figura do profissional de segurança pública, a figura do policial. E isso passa pela união das instituições. O que me parece, muitas vezes, é que as próprias instituições do Estado estão lutando entre si.

Talvez, muitos aqui presentes não tenham tido a oportunidade de assistir a uma audiência pública. Eu tenho a infeliz oportunidade de toda semana receber os DVDs e faço questão de assisti-los. Nelas nós vemos, infelizmente, o juiz perguntar assim ao bandido: *“Como foi o tratamento lá?”* Ele responde: *“Foi tudo bem”*. O juiz continua: *“O senhor foi agredido?”* Ele responde: *“Não, não fui”*. E o juiz insiste: *“Rapaz, pode dizer. Não tenha medo! Fale! Rapaz, fique tranquilo, aqui você está...”* Há insistência para que o cara diga que foi agredido. Ou seja, ali a ideia da presunção de culpa da polícia é muito maior do que a presunção da inocência, que a Constituição defende. Por quê? Por falta de respeito com as instituições de segurança pública, por falta de respeito com as polícias.

Eu fico envergonhado, Vice-Governador, quando assisto aos programas de televisão que passam hoje na televisão brasileira, que levam a nossa criança e o



nosso jovem a terem o desejo de serem bandido ou jogador de futebol. É o que hoje a nossa televisão prega. Ser um policial ou um cidadão de bem hoje no Brasil não tem valor.

Então, esse pacto precisa sair da alçada apenas da segurança pública. É preciso que as instituições se valorizem.

Hoje, nós vemos defensores orientando bandidos assim: *“Diga que apanhou, diga que foi agredido, porque isso vai fazer você sair”*. Ou seja, não há compromisso com a sociedade. Nós precisamos que esse pacto passe a ser um pacto da sociedade.

Sr. Presidente, é importante esse assunto estar sendo discutido nesta Casa de Leis, porque, daqui, nós podemos fazer com que ele realmente alcance todos os setores e toda a sociedade. Só assim nós venceremos esse grande mal, que é a insegurança no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Coronel Edvan.

Eu passo a palavra ao Tenente-Coronel Alexandre Lemos.

O SR. ALEXANDRE LEMOS - Muito boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Deputado Alexandre Baldy, mui digno Presidente da Comissão de Segurança Pública, peço-lhe permissão para cumprimentar todos os integrantes da Mesa.

O motivo da minha manifestação — sou chefe da Assessoria Parlamentar e, neste ato, estou representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul — é parabenizá-los pela iniciativa. Entendo que a condução dos temas que foram comentados aqui nos dá tranquilidade para entendermos que estamos em um caminho diferente de todos os outros trilhados até então.

Eu gostaria de parabenizar a Exma. Sra. Secretária de Segurança Dra. Márcia e o Dr. Eric, por terem, com essa visão de vanguarda, entendido que o Corpo de Bombeiros, como órgão de segurança pública, também é um componente que contribui bastante com a redução dos índices de criminalidade e de homicídios. Essa é uma luta que todos os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil enfrentamos ano após ano, para tentarmos nos incluir no discurso da política, do Governo, nas situações e nas políticas de segurança pública. Então, isso já nos conforta.



Conseguimos enxergar que esse pacto é de vanguarda em relação a todos os outros já trilhados até então.

O segundo ponto que eu gostaria de comentar é que, como assessor parlamentar, nós também monitoramos alguns projetos de lei. Então, existem alguns projetos de lei aqui na Casa, inclusive a PEC 138, em que a União quer legislar concorrentemente com os Estados. Além disso, quando lemos esses projetos de lei, não conseguimos entender muito claramente o que significam. Então, já contribuindo também com os Parlamentares e corroborando o que foi comentado na reunião com o Presidente da Câmara quanto a esses projetos, que deverão ter prioridade no segundo semestre, deve-se fazer esse rastreamento, principalmente dessas PECs que já trilham esses caminhos, para que possamos, talvez, mudá-los. Também devemos ratificá-los com relação à criação do Ministério da Segurança Pública e a tantos pontos de que os senhores falaram.

Eram essas as minhas contribuições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Tenente-Coronel Alexandre Lemos, que está sempre presente aqui conosco.

Eu queria passar a palavra para o Sr. Eder Guarnieri, do Estado de Rondônia.

O SR. EDER LUIZ GUARNIERI - Boa tarde. Eu queria cumprimentar os membros da Mesa e os convidados, representados pelo Presidente Alexandre Baldy.

Eu sou Procurador do Estado de Rondônia e estou aqui a convite da Superintendente da representação do Estado de Rondônia em Brasília, a Dra. Elizete Lionel.

Uma coincidência triste que me traz aqui a tratar desse assunto é exatamente eu ter recebido, ontem à noite, a notícia de que dois colegas — um procurador do Distrito Federal e um procurador do Estado do Rio de Janeiro —, ambos trabalhando aqui em Brasília, foram brutalmente assassinados, e seus corpos foram enterrados em uma fazenda do Mato Grosso. Isso nos traz a situação de que esse problema da criminalidade é algo muito mais próximo de nós do que imaginamos.

As palavras do Vice-Governador José Eliton chamaram muito a minha atenção. Acho que o caminho é esse, o discurso é muito coerente. Acredito que



esse assunto todo na sociedade é muito polêmico porque, na hora em que isso cair no aspecto judicial, com grandes juristas defendendo o outro lado da moeda, certamente vai ser criada muita situação complicada.

Também acredito que, conforme o que o Presidente falou, nada vai resolver a situação, se não houver recursos. Eu, como Procurador de Estado, tomando conhecimento de vários assuntos relacionados ao nosso Estado — e não só de Rondônia, porque todos os Estados da Federação estão endividados, com uma situação muito caótica —, acho que toda essa situação passa, sim, pela União. Então, todo esse replanejamento, vamos dizer assim, passa pelas finanças, porque alguém vai ter que pagar essa conta também. Se em toda essa discussão não estiver a União envolvida com recursos, acho que é muito difícil chegar-se a algum lugar. Não acredito que iremos chegar a uma situação perfeita, mas acho que existe muito espaço para melhorar, e o caminho é esse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Eu queria agradecer as suas palavras, Sr. Eder.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. João Otacílio da Silva Neto, Diretor-Geral da Polícia Civil de Minas Gerais.

O SR. JOÃO OTACÍLIO DA SILVA NETO - Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

Vou falar rapidamente. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Agradeço ao colega do Mato Grosso do Sul por ter nos recebido lá na última reunião. Quero, principalmente, parabenizar o Dr. José Eliton de Figuerêdo Júnior pela iniciativa.

Eu gostaria de colocar a Polícia de Minas Gerais à disposição. Lá existem 853 Municípios, e encontramos muita dificuldade para atender a população. Conte conosco.

Eu vejo a criação do Ministério de Segurança Pública como a melhor alternativa que se pode encontrar hoje para a segurança, no âmbito nacional. Contamos com o senhor na nossa liderança.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Sr. João Otacílio.

Indago se algum dos senhores que compõem a Mesa deseja utilizar a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira utilizar a palavra, eu gostaria de agradecer, em nome da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a presença das senhoras e dos senhores expositores que vieram nos trazer essas informações, contribuir conosco e abrilhantar o nosso trabalho, principalmente nesse esforço concentrado em que Estados podem se unir.

Como Relator do projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP nesta Comissão, como disse o meu colega Subtenente Gonzaga, eu tento construir a saída da proposta desta Comissão já resolvida para as Comissões temáticas seguintes, para que não fiquemos lá estacionados com um projeto que não vá efetivamente se tornar lei.

Então, eu queria parabenizar o Sr. Vice-Governador José Eliton, que coordena a consolidação do Pacto Interestadual de Segurança Integrada. Parabenizo o Sr. Jefferson, o Sr. Eric, o Sr. Marcelo, a Dra. Márcia, o Sr. César Roberto e todos os demais secretários de segurança pública aqui representados pelos comandantes-gerais, delegados-gerais de Polícia Civil, homens e mulheres da segurança pública. Quero agradecê-los pela presença.

Sr. Vice-Governador José Eliton, Sra. Márcia, aqui nós estamos sempre à disposição, para que possamos juntos construir essas soluções no âmbito legislativo e cobrar do Executivo, que é o nosso papel aqui enquanto formos Deputados, para que consigamos implementar as leis necessárias para a atualização das medidas de segurança pública, seu enrijecimento e cumprimento.

Também cobraremos a fiscalização por parte do Governo Federal, com auxílio do Tribunal de Contas, o que eu tenho utilizado de maneira contínua, e com o apoio de todos os servidores aqui da Comissão, aos quais eu sempre agradeço muito, para que consigamos ter as informações e delas partir para as execuções e diretrizes necessárias para a melhoria do Brasil, para os brasileiros. Então, eu agradeço muito. Se precisarem, sempre contem conosco aqui na Comissão.



A maioria dos Deputados e Deputadas hoje, infelizmente, pela inversão das agendas e pela ausência de votação pelo Plenário, teve impossibilitada a presença, mas todos enviaram mensagens, como o Deputado Alberto Fraga, o Deputado Cabo Sabino e vários outros, que saíram já no final da manhã. Eles participam aqui com muita frequência, com muita avidez e com muita eloquência, para que consigamos, efetivamente, melhorar a segurança pública e contribuir para que o combate ao crime esteja na pauta. Como dissemos aqui, se não resolvermos o problema, pelo menos devemos minimizá-lo.

Então, muito obrigado a todos.

Declaro suspensa esta reunião, para que possamos voltar, se possível, ainda no período da tarde.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)